



CONSELHO FEDERAL DE MUSEOLOGIA – COFEM

Criado pela Lei nº 7.287, de 18/12/84

Regulamentado pelo Decreto nº 91.775, de 15/10/85

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2016.

O Conselho Federal de Museologia - COFEM e o Conselho Regional de Museologia da 2ª Região, COREM 2R expressam sua preocupação com a recente medida do Governo do Estado do Rio de Janeiro de transformar a Secretaria de Estado de Cultura – SEC, numa subsecretaria da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e, entende que toda junção de órgãos, seja em que estrutura for federal, estadual ou municipal, tem um resultado negativo. Com essa medida deixa de ser valorizada a centralidade e o protagonismo das políticas públicas desenvolvidas pela SEC até então. Perdem os museus e os demais espaços de memória reconhecidos como lugares propositores do diálogo com a sociedade, importantes para a democracia.

O COFEM e o COREM 2R preocupam-se também com a responsabilidade do Estado no seu papel constitucional de garantir à Sociedade o amplo acesso aos bens simbólicos do povo fluminense.

A Superintendência de Museus da SEC, a partir do trabalho com políticas públicas setorizadas foi modelar, tanto internamente nos diversos municípios do estado, como externamente, cuja experiência foi implantada por secretarias de cultura de outros estados e municípios. A absorção da Cultura pela de Ciência e Tecnologia afeta todas as conquistas obtidas com esse trabalho.

O COFEM e o COREM 2R expressam também sua preocupação com a redução dos investimentos na preservação do patrimônio cultural do Estado e nos recursos humanos, que têm sido drasticamente cortados da estrutura já deficitária com que trabalham os museus, comprometendo suas atividades prejudicando o exercício das diversas funções específicas desse setor.

É importante destacar o papel que os museus desempenham na cadeia produtiva da economia da cultura, desde que eles possam desenvolver em condições adequadas o seu trabalho.

Tudo que é diminuído tende a desaparecer, seja por falta de verbas que provavelmente serão diminuídas cada vez mais na “nova estrutura”, seja pelo interesse que o Governo demonstra pela Cultura.

Perder essas conquistas representa um enorme retrocesso para os fluminenses.